



Algumas Considerações sobre Utopia, Ciência e Verdade na História da Humanidade

Vicente Paulino^[1]

vicente.paulino@untl.edu.tl | vicentepaulino123@gmail.com

Resumo: Falar de utopias é falar sobre as inquietações e questionamentos do ser humano sobre a sua própria humanidade e a contextualização histórica de sua evolução civilizacional. Ninguém vive sem utopia: todos os homens e mulheres vivem num mundo incerto, aleatório e utópico. A utopia faz parte da vida do ser humano, pois, em contraste com o mundo físico, real e visível, há sempre lugar para se acreditar na sombra do “não lugar” ou do “não-visível” ou do “lugar que não existe”. É neste sentido que, paradoxalmente, a utopia tem um “lugar” muito próprio no conhecimento humano. Propõe-se, através deste artigo, compreender o valor e a importância da utopia e a sua relação com a ciência, o conhecimento, a história e a verdade, incluindo a razão e a liberdade.

Palavras-Chave: Utopia; Ciência/Conhecimento; Verdade; História; Razão.

Some Considerations on Utopia, Science and Truth in Human History

Abstract: To talk about utopias is to talk about the restlessness and questioning of human beings about their own humanity and the historical contextualisation of their civilisational evolution. Nobody lives without utopia: all men and women live in an uncertain, random and utopian world. Utopia is part of human life because, in contrast to the physical, real and visible world, there is always room to believe in the shadow of the “non-place” or the “non-visible” or the “place that does not exist”. It is in this sense that, paradoxically, utopia has its own “place” in human knowledge. It is proposed, through this article, to understand the value and importance of utopia and its relationship with science, knowledge, history and truth, including reason and freedom.

Keywords: Utopia; Science/Knowledge; Truth; History; Reason.

[1] Professor Convidado da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Doutorado em *Estudos de Literatura e Cultural*/especialidade em *Cultura e Comunicação* pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Licenciado e Mestre em *Ciências da Comunicação* pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador de seguintes Centros de Estudos: Centro de Estudos de Cultura e Artes da UNTL; CEMRI – Centro de Estudos de Migração e Relações Interculturais – Universidade Aberta de Lisboa; Colaborador do CLEPUL; e IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição da FCSH-Universidade Nova de Lisboa.

Introdução

Pretende-se, com este artigo, compreender o valor e a importância da utopia e a sua relação com a ciência, o conhecimento, a história e a verdade, incluindo a razão e a liberdade.

Considera-se que numa perspectiva do conhecimento a utopia é sempre considerada, pois todos os homens e mulheres vivem num mundo incerto, aleatório. A utopia constitui-se como parte da vida do ser humano, pois, em contraste com o mundo físico, real e visível, há sempre lugar para se acreditar na sombra do “não lugar” ou do “não-visível” ou do “lugar que não existe”. A utopia tem um “lugar” muito próprio no conhecimento humano através de todas as suas formas, incluindo a ciência.

Na primeira parte deste trabalho, pretende-se determinar o que é a utopia e para que ela serve e de que forma ela se reveste de extrema importância para o conhecimento.

Na segunda parte, desenvolver-se-á a questão da utopia, da ciência e da verdade, onde se indagará sobre a pré-ciência, situada entre o profetismo e previsão; a ciência, cuja verdade não está concretamente nas teorias definidas pelos filósofos, mas na confrontação

das mesmas, no jogo da verdade e do erro. De seguida, analisar-se-á o papel da ciência e do método científico.

Na terceira e última parte, desenvolver-se-á a relação entre ciência e utopia, a natureza do conhecimento e a verdade da ciência, terminando no confronto entre utopia e ideologia.

1. A Utopia e Importância da Utopia

No processo de evolução de ciência, do conhecimento e de verdade, incluindo a questão de razão e de liberdade, antes de serem consideradas como verdade, tudo permanece num estado utópico. A “história semântica da palavra não poderia ser senão a de um perpétuo balanço entre a parte de irrealismo e a parte de idealismo que ela contém em si” (Dubois, 2009, p.22). A utopia é uma representação, é a representação de algo ou de um lugar geograficamente afastado na sua posição real (Racault, 2009).

As utopias permitem-nos compreender melhor as inquietações e questionamentos do ser humano sobre a sua própria humanidade, particularmente a contextualização histórica de sua evolução civilizacional. Existem coi-



sas interessantes que precisam de ser exploradas nos estudos de ciências sociais e humanas, particularmente, no que diz respeito à produção utópica da época, que a historiografia normalmente omite. A história não fala em lugares que não existem na realidade. Porém, não se pode esquecer que “sem as utopias de outras épocas, os homens ainda viveriam em cavernas, miseráveis e nus. Foram os utopistas que traçaram as linhas da primeira cidade (...) Sonhos generosos geram realidades benéficas. A utopia é o princípio de todo progresso, e o ensaio de um futuro melhor” (France *apud* Bauman, 2007, p.102).

Sem dúvida alguma, a utopia, sendo algo que ainda não existe, constitui-se como o primeiro passo para o desenvolvimento do conhecimento. É nos escombros da utopia que o conhecimento se vai desenhando, lentamente, à procura da sua perfeição.

Marilena Chauí em *Notas sobre Utopia* (2008, p 8), apresenta o conceito de utopia em seis categorias:

- *A utopia é normativa*, isto é, propõe um mundo tal como deve ser, em oposição ao mundo de facto existente.
- É sempre totalizante e crítica do existente. Aqui, só há utopia

quando há a representação de uma outra sociedade que negue, ponto por ponto, a sociedade existente.

- *A utopia pinta em tons negativos o mundo presente*. Aqui, o presente é percebido como violência, porque a visão do presente é considerada sob o modo da angústia, da crise, da injustiça, do mal, da corrupção e da fome, constituindo-se como forças negativas, mas reais no mundo presente.
- *A utopia busca a felicidade*, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, criando uma relação de proximidade entre homem e natureza, pessoas e sociedade, e sociedade e estado, cultura e humanidade.
- *A utopia mescla o realismo e o irrealismo*, aqui a imaginação pessoal e social tem de ser combinada com o irrealismo ou a crença na total transparência do social, e o realismo, por meio da apresentação dos mínimos detalhes da nova sociedade.
- *A utopia tem fronteiras fluídas*, podendo estar na literatura, na política e na religião. Entende-se que aqui os discursos polí-

ticos e religiosos permanecem no plano potencial e hipotético, quando não traz forçosamente a certeza de realização de uma cerimónia.

Com base nestas considerações, é forçoso notar que a utopia apresenta um mundo ideal, para além daquele que existe na realidade, uma vez que não concorda com partes ou a totalidade do mundo em que vive, representando-o negativamente, procurando a felicidade num outro mundo, num mundo em que o eu e o outro possam ser felizes e dignos.

Partindo destes elementos utópicos, procura-se compreender a relação entre a utopia, a ciência, o conhecimento e a verdade. É por isso que vale a pena levantar com urgência

o problema de uma herança do direito natural clássico quanto era falar da herança das utopias sociais. As utopias sociais e o direito natural tinham preocupações mutuamente complementares dentro do mesmo espaço humano; eles marcharam em separado, mas, infelizmente, não atacaram juntos (...) O pensamento social utópico dirigiu seus esforços para a felicidade humana, o direito natural se voltou para a dignidade humana. Utopias sociais retratavam relações nas quais o trabalho pesado e a

sobrecarga teriam um fim, o direito natural construía relações nas quais a degradação e os insultos teriam fim (Bloch *apud* Benhabib, 2012, p.2)

Compreende-se, então, como a utopia social e o direito natural têm preocupações similares e que se torna urgente a relação entre uma e outra no pensamento utópico.

Contudo, a questão que também se coloca agora é: a) é possível ou não falar de *utopia* antes de Thomas More ter criado esse termo no início do século XVI? (Júnior, 2021); b) é possível perguntar se há ou não uma utopia na busca do conhecimento e da verdade?

Em relação à primeira questão, das obras mais famosas, numa perspectiva ocidental, podemos referenciar a *República*, de Platão, onde o filósofo almeja uma sociedade perfeita, onde sobressai a justiça e a temperança das virtudes humanas, sabiamente presidida por um filósofo-rei. Na idade média, *A Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, almeja por uma sociedade onde é possível desabrochar a centelha divina existente em cada cidadão. Outros tantos poderão ser considerados tendo em consideração a tipologia utópica dos seus textos, como



Tommaso Campanella, Nicolau de Cusa, Giordano Bruno. Portanto, o pensamento utópico já existia antes de Thomas More, embora sem o termo “utopia” o que significa que a utopia desde cedo está na gênese do pensamento ocidental.

Relativamente à segunda questão, é claro que a utopia existe na produção do conhecimento e da verdade, embora “o espírito utópico não é simplesmente um criador de sonhos fantásticos, de mundos irreais, de histórias impossíveis, uma fuga, um escape, uma evasão da realidade. É uma outra forma de ver a ‘realidade’, ou de descobrir modos de a transformar, de visionar realidades alternativas” (Soares, 2017, p.3).

2. A Questão da Ciência, do conhecer e da verdade

A etimologia da palavra *ciência* vem do latim *scientia* (*conhecimento*), que é o mesmo que verbo *scire* (*saber*), que designa a origem da faculdade mental do conhecimento (Oliveira, 2014, p. 5). A raiz “ciência” está presente em outros termos tais como “consciência” (com o conhecimento), “pres-

ciência” (o conhecimento do futuro), “omnisciência” (o conhecimento de tudo). Esses termos ontologicamente nomeados e epistemologicamente definidos são pensados, antes de mais, provavelmente a partir do “não lugar”, ou do “lugar incomum” ou do “lugar não-visível”. Por exemplo, pensar em “omnisciência” (conhecimento de tudo) ou “presciência” (conhecimento do futuro), transporta-nos automaticamente para a questão de crer ou não crer, e pressupõem um “não-lugar”, seja na partida ou chegada (Morin, 2005).

Sobre a Pré-Ciência e a Ciência

A ciência é resultado de um esforço dos homens cultos ditos intelectuais para descobrir e ampliar o seu conhecimento do universo e de si próprio. A utilização do termo “ciência” reflete: a) a investigação ou estudo racional do universo, direcionado à descoberta de verdades restritas à realidade; b) a universalidade, uma vez que a investigação é metódica e compulsoriamente realizada de acordo com o método científico, que se constitui como um processo de avaliar o conhecimento empírico e que se traduz num corpo organizado de conhecimentos adquiridos por tais estudos e pesquisas.

Atualmente, a natureza científica da ciência está sempre em transição entre o paradigma da ciência clássica e o novo paradigma, a que Boaventura de Sousa Santos (1989) chama *ciência pós-moderna*. A construção do novo paradigma da ciência é o próprio desenvolvimento do princípio ontológico e epistemológico de argumentação sobre o que a ciência faz para salvar “o eterno finito” da humanidade. Assim, a ciência, segundo Isaiah Berlin (1991, p.41), encarregar-se-á de garantir, por meio de invenções e descobertas, a superação das necessidades humanas e a renovação moral, política e social, permitindo a concretização utópica. Só o conhecimento científico poderá entender a verdade e salvar a humanidade, significando que o avanço do conhecimento científico, em alguma parte, resolve os problemas da humanidade, mas para tal, é necessário estudar e conhecer o homem, bem como tudo o que lhe é relativo.

A reflexão sobre a ciência que faz evoluir o movimento cultural, social e tecnológico, não pode escapar ao círculo hermenêutico do avanço do próprio conhecimento científico. O que significa, antes de mais, que não se pode compreender, de forma

alguma, qualquer das partes (as diferentes disciplinas científicas) sem obter alguma compreensão “no seu todo”; e, vice-versa, não pode compreender a totalidade de um objecto sem ter nenhuma compreensão da “meia parte” ou de “uma parte” a partir de tal objecto. Assim, “Tudo isso indica que a ideia de procurar a verdade é satisfatório com a condição de entendermos por verdade o conjunto de todas as proposições verdadeiras e que tenham um grande conteúdo de verdade” (Popper, 1974, p.63).

Na era pré-ciência, o homem vivia nas cavernas e caçava na floresta, vivendo de forma nómada até a idade de “pré-ciência instituída”, que fora alimentada pelos impulsos da imaginação por via cognitiva, designada como “princípios seculares da ciência” (Kuhn, 1970; Husserl, 1986, Morin, 2000). A era pré-ciência consistiria nesse conjunto de esforços, às vezes proféticos, que tendem para conhecer, criando conhecimento. Na era pré-ciência, prevalecia uma dialética entre o profetismo e previsão. É necessário sublinhar que, sem profetismo, a previsão seria vazia e vã, sintetiza-se a um jogo de espírito de sentidos da evolução semântica da ciência; profetismo sem previsão corria o ris-



co de não passar de ilusão e utopia. Daí Lévi-Strauss admitir que “nem só a ciência é conhecimento” e que não seria partidário do ‘cientismo’. A ciência nunca nos dará todas as respostas: “O que poderemos tentar fazer é aumentar, lentamente, o número e a qualidade das respostas que estamos capacitados para dar, e isto, segundo penso, apenas o conseguiremos através da ciência” (1979, p.25). A pretensão de verdade da ciência é de procurar fazer um novo questionamento aos pressupostos não comprovados e deste modo é uma forma de conhecer melhor que o real (Gadamer, 2002, p.58).

Isto pode significar, de acordo com Edgar Morin (2005), que a verdade da ciência não estava concretamente nas teorias definidas pelos filósofos, cientistas de ciências sociais e exatas, mas no jogo que permitia a confrontação destas teorias, no jogo da verdade e do erro. Por isso é que a ciência não possui a verdade, mas joga a um nível da verdade e do erro, mesmo que em grande parte da história da ciência prevaleça a noção de que o método da ciência pode ser desenvolvido como um processo racional, na qual se aproxima da verdade.

O que é conhecer?

O que é conhecer? O que é o conhecimento? Edmund Husserl apresenta a seguinte resposta como “presentes simplesmente ali para mim” com a interrogação “tenho consciência de?”:

Tenho consciência dum mundo que se estende sem fim no espaço, que tem e teve um desenvolvimento sem fim no tempo. Quer dizer “tenho consciência de”? Em primeiro lugar isto: eu descobro por uma intuição imediata, tenho experiência dele. Pela vista, o tacto, o ouvido, etc., segundo os diferentes modos de percepção sensível, as coisas corporais estão simplesmente ali para mim, com uma certa distribuição espacial; elas estão “presentes no sentido literal ou figurado, quer eu lhe dê ou não uma atenção particular, quer eu me ocupe ou não delas, pensando-as, sentindo-as ou querendo-as. Os seres animados, de igual modo, tal como os homens, estão ali de maneira imediata; olho para eles, vejo-os, percebo-os aproximarem-se, aperto-lhes a mão ou falo com eles; compreendo imediatamente o que eles representam e pensam, que sentimentos possuem, aquilo que desejam ou querem. Além disso eles estão presentes no meu campo de intuição, enquanto realidades, ainda que eu não lhes preste atenção. (...) Assim quando a consciência está vigilante, encontro-me em cada instante

– e sem poder mudar esta situação – em relação com um só e mesmo mundo, ainda que variável quanto ao conteúdo. Ele não deixa de estar “presente” para mim; e eu próprio incorporado nele. Desse modo não se me apresenta como um simples mundo de coisas (Sachen) mas, segundo a mesma imediatez, como mundo de valores, como mundos bens, como mundo prático. De repente descubro as coisas diante de mim possuindo propriedades materiais, mas também como características de valores: elas são belas e feias, causadoras ou não de o prazer, agradáveis e desagradáveis, etc. As coisas apresentam-se imediatamente como objetos usuais: a “mesa” com os seus “livros”, o “copo”, o “vaso”, o “piano”, etc. Estes valores e estes aspetos práticos pertencem também eles a título constitutivo aos objetos “presentes” enquanto tal, quer eu me ocupe ou não deles – ou dos objetos em geral. O que é verdade “das simples coisas” vale naturalmente para os homens e os animais que me cercam (Husserl, 1971, p.87-88).

Max Weber (2000) define o campo de uma ciência pela conexão intelectual entre problemas a resolver, ao mesmo tempo, considera a ciência como sendo uma vocação. Essa justificação favorece a uma evolução do conceito de ciência que assenta fundamentalmente em

a) substituição do conceito metafísico-dogmático de “lei” pelo conceito de lei *tendencial*, em sentido probabilístico; b) uma nova metodologia científica, que já não se limita a trabalhar *in vitro*, apresenta-se como meta intransponível a reprodução em laboratório da ‘natureza’ e dos seus processos, mas *inventa*, mais do que descobre a própria natureza, produzindo diretamente fenómenos sem se preocupar com o facto de estes terem ou não correspondência na ‘natureza’; c) um novo conceito de espaço e de tempo como um *continuum* bidimensional, com a conseqüente superação das formas a *priori* e do esquema transcendentalista kantiano; d) elaboração do conceito de *campo*, que conduz à identificação da massa com a energia; e) teoria da relatividade, que considera precisamente a ciência clássica como caso-limite da relatividade (1985, p.14).

O pensamento de autores da filosofia do século XVII como Francis Bacon, John Locke, Thomas Hobbes e René Descartes, entre outros, constituem-se como parte integrante do processo de desenvolvimento das ciências e do conhecimento. Como adverte Edgar Morin (2000, p.36-37),

A segunda revolução científica – mais recente, ainda inacabada –, a revolução sis-



têmica, introduz a organização nas ciências da terra e da ciência ecológica; ela se prolongará, sem dúvida, em revolução de auto-organização na biologia e na sociologia. O pensamento complexo é, portanto, essencialmente aquele que trata com a incerteza e consegue conceber a organização. Apto a unir, contextualizar, globalizar, mas ao mesmo tempo a reconhecer o singular, o individual e o concreto. O pensamento complexo não se reduz nem à ciência, nem à filosofia, mas permite a comunicação entre elas, servindo-lhes de ponte. O modo complexo de pensar não tem utilidade somente nos problemas organizacionais, sociais e políticos, pois um pensamento que enfrenta a incerteza pode esclarecer as estratégias no nosso mundo incerto; o pensamento que une pode iluminar uma ética da relação ou da solidariedade. O pensamento da complexidade tem igualmente seus prolongamentos existenciais ao postular a compreensão entre os homens.

3. A Relação Entre Utopia e Ciência

O historiador britânico Eric Hobsbawm (2013) descreve a ciência como a cultura mais importante do século passado. Quando se fala na cons-

trução da ciência como uma cultura dominante, é precisamente recordar a era do Iluminismo, que trouxe a ciência e a razão até ao tempo atual. Foi também nesse período que o conhecimento não faz apenas o homem mais culto, mas também mais sábio, em todos os sentidos.

O conhecimento permite o homem tornar-se um *ser-melhor*, continuando a lutar para o “melhor” ao “melhor” e que se torna “melhor ainda” no tempo que há-de vir. É precisamente este ponto onde se insere a relação entre ciência e utopia. A utopia aspira ao universal, a ciência ao particular; a utopia é o desenho geral; a ciência é instrumento da utopia. As grandes utopias globais estão à vista:

A erradicação da fome no planeta; o combate à poluição no meio-ambiente; a defesa pela dignidade e direito humanos no planeta; o acesso à educação universal; a saúde mundial para todos; a substituição das energias alternativas às energias não-renováveis; a revolução tecnológica, entre outros.

Prevalece, sem dúvida alguma, nas questões controversas do nosso tempo, uma relação muito estreita entre utopia e ciência.

A Utopia, a natureza do conhecimento e a verdade da ciência

A natureza do conhecimento é revelar ou apresentar a verdade. Por exemplo, como fazer com que que erradique todos os problemas sociais no mundo? Esses exemplos constituem-se como utopias, isto é, são sonhos impossíveis de serem realizados. Porém, existe o sonho para os alcançar e resolver, através da ciência e método científico:

O conhecimento não parte nunca do zero, pressupõe sempre um conhecimento básico – conhecimento que se dá por suporte num momento determinado – juntamente com algumas dificuldades e alguns problemas. Regra geral surgem do choque entre as expectativas inerentes ao nosso conhecimento básico e algumas descobertas novas, como observações ou hipóteses sugeridas por eles (Popper, 1974, p.74).

O senso-comum não é um ponto de partida seguro, porque o termo *senso-comum* é, em algumas situações, vago. Significa que os instintos e opiniões das pessoas são muitas vezes adequados e verdadeiros, mas, muitas vezes são inadequados ou falsos. Por isso, a ciência é definida como a filosofia com um certo senso-comum

ilustrado (Popper, 1974, p.4), isto é, a ciência é um produto do pensar-filosófico e do pensar-lógico, com uma determinada metodologia.

Quando se fala de natureza do conhecimento, é antes de mais, falar do que é *real* e *não-real*, e, se se constitui como *não-real*, então refere-se automaticamente à ontologia do termo “utopia”. Todo o pensamento cria algumas interpretações para revelar o essencial, não tanto do erro ou da mentira cometido no real, mas da ilusão ou do não-real. A utopia está presente na construção do conhecimento, sobretudo o científico.

Utopia e Ideologia

Em relação ao quadro de *ideologia particular* defendida por Karl Mannheim (1972, p.84-85), argumenta que:

Cada indivíduo participa apenas em determinados fragmentos deste sistema de pensamento, cuja totalidade não é de forma alguma a simples soma destas experiências individuais fragmentárias. Sendo uma totalidade, o sistema de pensamento é integrado sistematicamente, e não é um mero ajuntamento causal de experiências fragmentárias dos membros isolados de um grupo. Segue-se, assim, que somente se



pode considerar o indivíduo como portador de uma ideologia, na medida em que lidamos com aquela concepção de ideologia que, por definição, se prende mais aos conteúdos isolados do que à estrutura global de pensamento, encobrendo modos falsos de pensamento e expondo mentiras.

A questão se coloca aqui é seguinte: qual é a diferença entre utopia e ideologia? É necessário estabelecer uma separação entre utopia e ideologia, ou entre produção do conhecimento e ideologia, mesmo pese o facto de ambas constituírem em si mesmas uma ideia-limite (Ricoeur, 1990). Mas então, como se faz essa leitura de ideia-limite?

Segundo Ricoeur, embora ambas se constituam ideias-limite porque:

As ideologias são mais professadas pela classe dirigente. E são as classes subprivilegiadas que as denunciam. As utopias são, preferencialmente, professadas pelas classes ascendentes. As ideologias olham para trás, ao passo que as utopias olham para frente. As ideologias se acomodam à realidade que justificam e dissimulam, ao passo que as utopias enfrentam a realidade e a fazem explodir (Ricoeur, 1990, p.88).

Na sociedade contemporânea, as pessoas têm de se matar umas as outras

em nome de alguém diz “conhecer a verdade”, mas, na prática, aquele que afirma “conhecer a verdade” é, muitas das vezes, um ignorante que nada conhece. Muitas vezes, como sabemos pela história mundial, as ideologias provêm de verdades que consideram inabaláveis e incontestáveis. As ideologias são campos fechados em que o conhecimento raramente penetra e parece que estão mais ligadas às classes dirigentes, ao conhecimento enclausurado, estatuindo-se, muitas vezes, como a justificação histórica de um determinado passado. É possível indicar que a ideologia é o grande perigo das utopias, sobretudo daquelas que não contemplam os homens livres.

Se um simples cidadão segue um líder político que não sabe lidar ou não está interessado em lidar com o problema enfrentado pelo seu povo, apesar das suas promessas, esta situação já é em si mesma uma traição absoluta e negação pela razão da verdade. Seguir a promessa política de um líder político timorense que afirma “*hikis kosar ba moris di'ak*”^[2] é puramente uma utopia, porque jamais a vai con-

[2] “O esforço Compensa” ou “Com o suor, caminha-se para uma vida melhor”.

cretizar, pois o sentido da frase “*bikis kosar ba moris di’ak*” não é uma piada, isto é, quem quer viver bem tem de trabalhar mais para ter um “amanhã melhor”. Esta afirmação só é dirigida ao povo e não funciona com os governantes, pois embora professem “*bikis kosar ba moris di’ak*”, nunca trabalham com responsabilidade e rigor. Só pensam em criar divisões de classes e em contar histórias passadas.

A ideologia vive satisfeita e fechada em si mesmo, não permitindo a transformação social. O descontentamento insurge-se contra as forças ideológicas, propondo a alternativa de um mundo melhor.

Conclusão

Através deste artigo, procurou-se compreender o valor e a importância da utopia e a sua relação com a ciência, o conhecimento, a história e a verdade, incluindo a razão e a liberdade. É óbvio que o ser humano costuma sonhar com a liberdade e a paz, pela libertação individual e coletiva. Esse “sonhar” constitui-se, de certa forma, como uma utopia, ou um conjunto de utopias do ser humano, que por vezes são acompanhados por uma certa vigília espiritual.

Neste trabalho, concluiu-se que processo de evolução de ciência, do conhecimento e de verdade, incluindo a questão de razão e de liberdade, antes de serem consideradas como verdade, permanece num estado utópico. O pensamento utópico já existia antes de Thomas More, embora sem o termo “utopia”, o que significa que a utopia desde cedo está na génese do pensamento ocidental.

Parece claro que a utopia existe na produção do conhecimento e da verdade, embora, como já foi referido, a utopia se constitui como uma outra forma de vislumbrar a realidade, que não tem necessariamente e ver com mundos irrealis ou histórias impossíveis, fugas ou evasões da realidade, mas simplesmente como uma realidade alternativa. Da mesma forma, a ciência não possui a verdade, mas joga a um nível da verdade e do erro que é fundamental para a obtenção do conhecimento e da própria verdade.

O conhecimento permite o homem tornar-se um *ser-melhor*, continuando a lutar para o *melhor* ao *melhor*. É precisamente este ponto onde se insere a relação entre ciência e utopia. A utopia aspira ao universal, a ciência ao particular; a utopia é o desenho geral; a ciência é um instrumento da utopia. Sem dúvida alguma, as gran-



des utopias da humanidade estão à vista, como, por exemplo, a erradicação da fome no planeta; o combate à poluição no meio-ambiente; a defesa pela dignidade e direito humanos no planeta; o acesso à educação universal; a saúde mundial para todos; a substituição das energias não-renováveis pelas energias alternativas; a revolução tecnológica, a erradicação da pobreza e do analfabetismo, entre outros, sendo que tudo leva a crer que a ciência se constitui como o melhor instrumento da utopia para levar a cabo a realização destas utopias.

É neste sentido que prevalece, nas questões controversas do nosso tempo, uma relação muito estreita entre utopia e ciência, entre sonho e realidade.



Referências Bibliográficas

- BAUMAN**, Zygmunt (2007). *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BENHABIB**, Seyla (2012). “Utopia e Distopia em Nossos Tempos”. In *Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, v.1, nº2, ago-dez., pp.11-27.
- BLOCH**, Ernst (1986). *Natural Law and Human Dignity*. Cambridge, MA: MIT Press.
- CAÚLA**, Adriana (2019). *Trilogia das Utopias Urbanas*. Bahia: Edufba.
- CHAUÍ**, Marilena (2008). “Notas sobre Utopia”. In *Revista Ciência e Cultura*, vol. 60 – nº 1, São Paulo, pp.7-12.
- DUBOIS**, Claude-Gilbert (2009). *Problemas da Utopia*. Coleção Work in Progress, Campinas: UNICAMP-IEL.
- FERRAROTTI**, Franco (1985). *Sociologia*. Lisboa: Teorema.
- FRANK**, Arthur (1995). *The Wounded Storyteller*. Chicago: University of Chicago Press.
- HUSSERL**, Edmund (1986). *A Ideia de Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70.
- HUSSERL**, Edmund (1971). *Idées Directrices Pour Une Phenomenology*. Paris: Galimard.
- HOBBSAWM**, Eric (2013). *Tempos Fraturados: Cultura e Sociedade no Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GADAMER**, Hans-Georg (2002). *Verdade e Método II – Complementos*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- GADAMER**, Hans-Georg (1998). *O Problema da Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- ISAIAH**, Berlin (1991). *Limites da Utopia*. Trad. de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras.



- JÚNIOR**, Hilário Franco (2021). *Em Busca do Paraíso Perdido: As Utopias Medievais*. Brasil: Editora Mnema.
- JASPERS**, Karl (1998). *Iniciação Filosófica*. Lisboa: Guimarães Editores.
- KUHN**, Thomas (1970). *The Structure of Scientific Revolution*. Chicago: University of Chicago Press.
- LÉVI-STRAUSS**, Claude (1979). *Mitos e Significado*. Lisboa: Edições 70.
- LACROIX**, J. (1972). “Interview in La Nouvelle Critique”. In *Textes nouveaux pour une philosophie nouvelle*. Bordas: Adré Le Gall.
- MORIN**, Edgar (2005). *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- MORIN**, Edgar (2000). “Da Necessidade de um Pensamento Complexo”. In Martins, Francisco Menezes; Silva, Juremir Machado da (orgs),. *Para navegar no século XXI – Tecnologias do Imaginário e Cibercultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS/Sulina.
- MERTON**, Robert (1968). *Social Theory and Social Structure*. New York: Free Press.
- MANNHEIM**, Karl (1972) *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- OLIVEIRA**, Anne Louise (2014). *Estudo sobre o Estado da Técnica da Produção do Conhecimento em Bibliometria e Cientometria*. Trabalho de Conclusão do Curso não publicado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- POPPER**, Karl (1974). *Conhecimento Objetivo*. Madrid: Tecnos.
- RACAULT**, Jean-Michel (2009). *Da Ideia de Perfeição como Elemento Definidor da Utopia: as Utopias Clássicas e a Natureza Humana*. In II Congresso Internacional de Estudos Utópicos da revista Morus – Utopia e Renascimento. 7,8,9 e 10 de junho de 2009, UNICAMP – Campinas.
- RICOEUR**, Paul (1990). *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

SOARES, Luísa Couto (2017). “Utopia – Realidades Possíveis ou Possíveis Realidades?”. In *Cultura* [Online], vol. 36, URL: <http://journals.openedition.org/cultura/3778>.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1989). *Introdução a uma Ciência Pós-moderna*. Porto: Edições Afrontamento.

VEGETTI, Mario (2010). *Um Paradigma no Céu: Platão Político, de Aristóteles ao Século XX*. São Paulo: Annablume.

WITTGENSTEIN, Ludwig. (2002). *Tratado Lógico-filosófico e Investigações Filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

WEBER, Max (2000). “A Ciência Como Vocação”. In WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix.